

# REVISTA MARACANAN

## Artigos

### **A fabricação de um herói: a biografia de frei Miguelinho e a republicanização da memória nacional**

*The fabrication of a hero: frier Miguelinho's biography and the republicanization of national memory*

**Bruno Balbino Aires da Costa\***

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Canguaretama, Rio Grande do Norte, Brasil

**Recebido em:** 26 mar. 2021.

**Aprovado em:** 21. ago. 2021.



---

\* Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Canguaretama. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: bruno.aires@ifrn.edu.br

## Resumo

O objetivo do presente artigo é analisar a biografia de frei Miguelinho, escrita por Manoel Dantas e publicada em 1897. O exame parte do processo de construção da republicanização da memória nacional, a partir da escrita historiográfica sobre a Revolução Pernambucana de 1817. Para atingir tal escopo, primeiramente, discorreremos acerca da implicação da reconfiguração do campo político no Brasil, na construção da memória nacional, no final do século XIX. Em seguida, analisamos as condições de produção da biografia. E, por fim, examinamos de que maneira as narrativas produzidas por Manoel Dantas sobre frei Miguelinho instituem uma dada leitura acerca do considerado herói republicano do Rio Grande do Norte.

**Palavras-chave:** Biografia. Republicanização. Memória Nacional. Frei Miguelinho. Revolução de 1817.

## Abstract

The aim of this article is to analyze the biography of friar Miguelinho, written by Manoel Dantas and published in 1897. The examination starts from the process of construction of the republicanization of the national memory, from the historiographical writing about the Pernambuco Revolution of 1817. To reach such a scope, firstly, I discuss the implication of the reconfiguration of the political in Brazil in the construction of the national memory in the late nineteenth century. Then, I analyze the conditions of production of the biography and, finally, examine how the narratives produced by Manoel Dantas about friar Miguelinho institute a given reading about the considered republican hero of Rio Grande do Norte (Brazil).

**Keywords:** Biography. Republicanization. National Memory. Friar Miguelinho. Pernambuco Revolution of 1817.

## 1. Frei Miguelinho: uma pequena biografia

Filho de Manoel Pinto de Castro, capitão português, e Francisca Antônia Teixeira, Miguel Joaquim de Almeida e Castro, frei Miguelinho nasceu na cidade do Natal, em 17 de setembro de 1768 (DANTAS, 1897, p. 6). Embora tivesse nascido na capitania, a maior parte de sua vida se dera longe do Rio Grande do Norte. Aos 16 anos de idade, Miguel Joaquim de Almeida e Castro, com seus irmãos, foi enviado a Recife. Em 1784, entrou na ordem dos Carmelitas, onde se professou sacerdote católico, tomando o nome de frei Miguelinho de S. Bonifácio, de onde lhe veio a alcunha de frei Miguelinho. Mudou-se temporariamente para Lisboa a fim de completar seus estudos, o que permitiu entrar em contato com as ideias liberais, até então vigentes na Europa, especialmente com o pensamento ilustrado. Foi em Lisboa que conheceu e tornou-se amigo de Azeredo Coutinho, já então nomeado bispo de Olinda. Segundo o padre Joaquim Dias Martins (1853, p. 126), um dos primeiros a dar informações biográficas do sacerdote natalense, foi em Portugal que o frei Miguelinho se secularizou, dedicando-se mais ao mundo da política do que à vocação religiosa. É preciso salientar que, desde a expulsão dos jesuítas de Portugal, em 1759, e do Brasil, a secularização do clero católico já estava sendo processada. Conforme José Murilo de Carvalho (1996, p. 166), com a expulsão dos jesuítas houve uma crise geral dos seminários episcopais, levando ao fechamento de vários destes, bem como a formação de um clero "reconhecidamente malformado e de costumes pouco acordes com a disciplina eclesiástica". Muitos clérigos passaram a envolver-se com atividades não religiosas, "comprando fazendas e escravos, vivendo em concubinato e participando ativamente da política" (*Ibidem*, p. 165).

Em meio ao ambiente de secularização da vida sacerdotal católica e também de apropriação do liberalismo político por parte do clero luso-brasileiro, frei Miguelinho retornou para o Recife, em 1800, vindo a ser professor de retórica do recém-criado Seminário de Olinda, a convite do bispo Azeredo Coutinho. Além da atividade de formação clerical, o seminário voltava-se, sobretudo, para o debate e a difusão do pensamento ilustrado com uma acentuada crítica ao absolutismo e à defesa do separatismo (Cf.: MOREIRA, 2005). Apesar do padroado, os padres possuíam uma burocracia paralela – uma organização que ao longo da história empenhou-se em longas batalhas contra a própria Coroa portuguesa. De acordo com José Murilo de Carvalho (1996, p. 165-167), a burocracia eclesiástica era fonte de constantes conflitos com o Estado devido à formação da maioria do clero ser menos nacional e menos estatista, o que levou os padres a se envolver em praticamente todos os movimentos de rebelião na colônia, desde 1789 até 1842. O ideário das revoluções francesa e americana, sobretudo concernente ao combate ao absolutismo, e a defesa da liberdade política e da democracia chegaram aos seminários brasileiros, a despeito da precariedade do seu ensino. Não é sem razão que o Seminário de Olinda tenha abrigado, em seu interior, a maior parte dos padres envolvidos na Revolução de 1817, dentre eles frei Miguelinho. O seminário foi um

núcleo importante de organização e difusão das ideias liberais em Pernambuco. Seus professores, inclusive frei Miguelinho, estiveram muito comprometidos com a luta contra os baluartes do absolutismo no Brasil. Uma grande parcela dos padres envolvidos foi executada pelas tropas lusitanas, durante a Revolução de 1817. Frei Miguelinho esteve presente na lista dos principais líderes do movimento, o que acarretou na sua prisão e morte em 12 de junho de 1817.

A trajetória do padre norte-rio-grandense na Revolução de 1817 foi bastante aclamada pelos homens de letras do Rio Grande do Norte do final do século XIX. Com a emergência da República, vários personagens da memória histórica brasileira foram transformados em heróis do novo regime, dentre eles frei Miguelinho. Não é por acaso que Manoel Dantas, um dos mais importantes homens de letras do Rio Grande do Norte no oitocentos, publicara, em 1897, uma biografia sobre o “padre revolucionário”.

O objetivo do presente artigo é analisar a referida biografia, examinando-a a partir do processo de construção da republicanização da memória nacional. Para atingir tal escopo, primeiramente, discorro acerca da implicação da reconfiguração do campo político no Brasil, na construção da memória nacional, no final do século XIX; em seguida, analiso as condições de produção da biografia; e, por fim, examino de que maneira as narrativas produzidas por Manoel Dantas sobre frei Miguelinho instituem uma dada leitura acerca do considerado herói republicano do Rio Grande do Norte.

## **2. A Revolução de 1817 e a republicanização da memória nacional**

Com a expansão do movimento republicano na década de 80, no Brasil, a Revolução de 1817, bem como a Conjuração Mineira e a Confederação do Equador, passou a ganhar mais espaço na produção historiográfica brasileira. Essa nova configuração só foi possível devido “ao discurso em defesa da República, da modernidade e das ideias liberais, o que abriu caminho para a positivação dos movimentos republicanos do passado” (RIBEIRO, 2011, p. 191). Cada vez mais partidários da República publicavam textos concernentes aos acontecimentos históricos que pudessem aludir ao passado republicano do país. Experiências históricas como a Inconfidência Mineira, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Farroupilha foram consideradas, pelos adeptos do movimento republicano, como figurações da luta em defesa da República no passado. Não é sem razão que, com a ruptura política de 1889, os referidos acontecimentos históricos tenham conferido uma dada legitimidade histórica ao novo regime com a construção de uma tradição política republicana para a história desse novo Brasil (GOMES, 2009, p. 31). Assim, a Revolução de 1817 não seria mais posta de lado nem lida, como fora na produção historiográfica do Segundo Reinado, principalmente aquela vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como um movimento essencialmente provincialista, separatista e de crítica à centralidade das províncias do Sul no processo de construção do Estado nacional (SOUSA, 2012, p. 151.). Pelo contrário, com a

emergência da República, a Revolução de 1817 foi concebida por alguns sócios do IHGB como um acontecimento de vanguarda autonomista e republicana.

Um dos primeiros textos a expressar o caráter vanguardista da Revolução de 1817 no IHGB foi publicado pela sua revista em 1893 com o título "Movimento colonial da América". O autor do artigo era um dos mais ardorosos defensores da República da agremiação: Tristão de Alencar Araripe (HRUBY, 2012, p. 252). Como sugere o título do texto, Tristão de Alencar Araripe tratou acerca dos acontecimentos históricos precursores da emancipação política da América luso-espanhola. Conforme o historiador cearense, foi no Brasil "que soou o primeiro brado denunciador do espírito separatista da América colonizada" (ARARIPE, 1893, p. 115). Parece claro o intuito do autor: conferir ao Brasil a centralidade no movimento autonomista da América. Essa centralidade diz respeito não à ruptura definitiva concernente à metrópole, ocorrida tardiamente se comparada à maioria das ex-colônias da América Espanhola, mas ao conjunto de acontecimentos históricos que, apesar do malogro, já teriam lutado a favor da independência em relação a Portugal. Em outras palavras, o pioneirismo do Brasil não residia no evento de 1822, mas no "movimento patriótico de 1710", na Conjuração Mineira e na Revolução de 1817. Nesses eventos e nos movimentos emancipacionistas das ex-colônias da América espanhola, encontraria-se a tendência natural em direção à realização do "destino fatal" das colônias: a Independência e a Proclamação da República.

A leitura de Tristão de Alencar Araripe é teleológica, pois, naturalmente, as colônias americanas tenderiam necessariamente à concretização de um destino final no futuro: o processo de emancipação política. O futuro explicaria o passado, uma vez que a luta pela Independência e, conseqüentemente, a defesa da República já estariam inscritas na história e na natureza das colônias (SOUSA, 2012, p. 150). O intento de Tristão de Alencar Araripe é naturalizar a Independência e a República, mostrando-as como se já estivessem contidas no passado colonial. Desse modo, o presente, o regime republicano, o qual o autor defende, estaria inscrito no passado de forma prefigurada. Assim, a Independência e a Proclamação da República aparecem na narrativa de Tristão de Alencar de Araripe como os elementos comuns que ligariam os eventos dispersos do passado da nação. A Revolução de 1817, assim como os outros movimentos coloniais, seria mais uma constatação da tendência do povo brasileiro à aspiração autonomista e à predileção pelo regime republicano (ARARIPE, 1893, p. 109).

O texto de Tristão de Alencar Araripe reforçava o processo de republicanização da memória histórica do Brasil, movimento este também presente em outras instituições, como o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP) (RODRIGUES, 2014, p. 2). Segundo Mariana dos Santos Ribeiro (2011, p. 145), esse processo de republicanização da memória incidiu significativamente na produção historiográfica do IAGP do final do século XIX, a qual instituiu aos heróis pernambucanos do passado um discurso assentado no vanguardismo do sentimento autonomista republicano.

Um dos primeiros textos a reivindicar o pioneirismo de Pernambuco, nos fatos referentes à Independência do Brasil e à Proclamação da República, foi publicado pela revista

do IAGP, em abril de 1890, com o sugestivo título “Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional” de José Domingues Codeceira, sócio da agremiação. Esse artigo foi apresentado na sessão extraordinária do IAGP, de 6 de fevereiro de 1890, e publicado também na revista do IHGB, no mesmo ano. O texto de Codeceira foi uma reação ao decreto do governo provisório do Brasil, datado de 14 de janeiro de 1890, o qual listava algumas datas históricas consideradas dias de festa nacional, tais como 21 de abril, 7 de setembro e 15 de novembro.<sup>1</sup> Na lista oficial do governo provisório não constava nenhuma data histórica referente “às glórias de Pernambuco”. A reação do major Codeceira se deu, particularmente, ao dia 21 de abril, “consagrado á comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes”.<sup>2</sup> Codeceira (1890, p. 53) vociferou:

Como Pernambucano e um dos mais obscuros membros d’este Instituto, levanto-me d’esta cadeira dando um brado de solemne protesto para que esta gloria seja reivindicada á Pernambuco, a quem de direito pertence por ter sido a primeira provincia que em seo solo plantou a soberba arvore da independenciabrazieleira, regando-a com o preciozo e generoso sangue de seos filhos.

No excerto acima, evidencia-se o teor do artigo de Codeceira. O major reivindicava a centralidade de Pernambuco na memória autonomista e republicana da nação. Essa reivindicação de Codeceira tem a ver com as disputas intensas pelo passado republicano, emergidas com a Proclamação da República no Brasil, tanto em torno do mito de origem do novo regime como pelo seu herói. Nessa conjuntura, foram apresentados alguns candidatos: Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. De acordo com José Murilo de Carvalho (1990, p. 55), o esforço à promoção desses postulantes a heróis da República teve poucos resultados, tendo em vista a pequena densidade histórica do dia 15 de novembro, que não conferia condições adequadas à “germinação de mitos”. Tiradentes pareceu o personagem que, aos poucos, revelou-se capaz de atender às exigências da mitificação do dia 15 de novembro. Decerto, antes mesmo da proclamação, já havia entre os clubes republicanos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, em menor escala, de outras províncias a intenção de resgatar a memória de Tiradentes como um herói republicano, pelo menos desde a década de 1870 (*Ibidem*, p. 57). Todavia, logo após a Proclamação da República, o culto cívico à figura de Tiradentes intensificou-se, o que levou o governo provisório a declarar o dia 21 de abril como um feriado nacional em 1890, assim como o 15 de novembro. Portanto, foi contra essa memória em torno do pioneirismo de Tiradentes e, por conseguinte, da *Inconfidência mineira* na luta pela emancipação do país e pela defesa da República que Codeceira reagiu.

A estratégia do major pernambucano foi instituir um panteão de “datas gloriosas” de Pernambuco, 27 de janeiro de 1654, 10 de novembro de 1710, 6 de março de 1817 e 24 de julho de 1824, como uma evidência do pioneirismo do seu estado (CODECEIRA, 1890, p. 53).

<sup>1</sup> Decreto n. 145, de 13 de janeiro de 1890. *Diário de Pernambuco*, Recife, 28 jan. 1890.

<sup>2</sup> *Idem*. Gostaríamos de esclarecer que em todo o artigo mantivemos a grafia original dos textos-fontes com o intuito de preservar a cor local do período em que os documentos foram produzidos.

Dessa maneira, as “datas gloriosas” do seu torrão seriam uma forma de contrapor as “datas históricas” elencadas pelo governo provisório. Para Codeceira (*Ibidem*, p. 55), o sentimento de independência já teria sido germinado “na mente” e “coração” dos pernambucanos desde o momento da expulsão holandesa, ocorrida no dia 27 de janeiro de 1654. O desejo de libertar-se não se restringia somente ao domínio holandês, mas também à emancipação da metrópole portuguesa. Segundo o major, o evento da expulsão holandesa não dizia respeito à luta pela restauração lusitana, mas sim à dedicação aos valores do sentimento patriótico brasileiro que teriam emergido com a data de 27 de janeiro de 1654. O patriotismo, expresso pela luta contra o holandês, teria mantido a integridade do vasto território do Brasil, “sem o que estaria dividido e retalhado, por conseguinte sem a força precisa para se constituir em 1822 estado livre e independente” (*Ibidem*, p. 54-55). Desse modo, a expulsão dos holandeses não só teria engendrado o sentimento patriótico e autonomista entre os pernambucanos, mas também o interesse de preservar o território unido. Essa interpretação de Codeceira foi uma tentativa de desconstruir o discurso “separatista” usado contra a historiografia nativista pernambucana do oitocentos. O intento era mostrar que, assim como sentimento patriótico e a luta pela independência, os pernambucos sempre foram adeptos da preservação do território da nação, desde a expulsão flamenga.

Em relação às demais “datas gloriosas”, 10 de novembro de 1710, 6 de março de 1817 e 24 de julho de 1824, referentes, respectivamente, à Guerra dos Mascates, à Revolução de 1817 e à Confederação do Equador, todas elas evidenciavam as tentativas de estabelecer uma ruptura com a metrópole e a instalação do governo republicano. Em nenhum relato sobre esses movimentos, Codeceira estabeleceu qualquer interpretação que os vinculasse ao ideal separatista ou subversivo, pelo contrário, os nomes ligados aos mencionados eventos, como padre Miguelinho e frei Caneca, “passaram a ser delineados como heróis nacionais, defensores da pátria, da liberdade e da soberania da nação” (RIBEIRO, 2011, p. 18).

Na narrativa de Codeceira, a ideia da Independência e da defesa da República sempre esteve associada à luta pelos interesses nacionais, e não a uma demanda estritamente provincial, pernambucana. O par Independência e Proclamação da República esteve sempre acompanhado na narrativa de Codeceira e figurava como objetivos finais da revolução. Aliás, é importante frisar que o referido par foi lido, na virada do século XIX para o XX, como proclamações, existindo um conjunto de semelhanças, de palavras e comportamentos perante os dois eventos, como esclarece o historiador Francisco Gouvea de Sousa (2012, p. 150): “A moldura comum à recepção da República e da Independência é a Proclamação. Proclamar, nesse campo, era trazer à superfície algo que já está contido”. O interesse de Codeceira era fazer crer aos seus leitores que tanto a Independência como a defesa da República já estavam presentes nos movimentos pernambucanos, o que reforçava a ideia do pioneirismo do seu estado.

Assim como Tristão de Alencar Araripe, Codeceira naturalizou a Independência e a República a partir de uma leitura teleológica dos eventos, construindo a ideia de que desde o

início o par fazia-se presente na história e na natureza do país. O interesse do historiador cearense nesse procedimento era o de reivindicar o pioneirismo e a centralidade do Brasil em relação às ex-colônias da América Espanhola, enquanto o de Codeceira era evidenciar a natureza precursora de Pernambuco diante das outras memórias regionais. Não é sem razão que o major pernambucano tenha desqualificado o papel da Inconfidência Mineira no processo da Independência: “não passou de um sonho dourado de seus autores” (CODECEIRA, 1890, p. 61). Nesse sentido, para Codeceira, coube aos pernambucos, e não a Tiradentes, a germinação da árvore da emancipação política e do embrião da República no Brasil.

Em síntese, com a emergência da República no Brasil, despontou-se entre homens de letras e políticos de diversas regiões do país o interesse que seus estados se figurassem não só no cenário político nacional, mas na própria construção da memória histórica do país. Disputava-se um lugar ou lugares na produção de uma memória, não mais imperial, mas republicana. Reivindicava-se a centralidade de acontecimentos históricos lidos outrora como subversivos, perigosos, sediciosos, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Mineira, a Revolução de 1817, a Confederação do Equador e a Revolução Farroupilha. Postulavam-se, também, candidatos a heróis da nação aqueles que teriam defendido, ainda na experiência colonial, a emancipação política do Brasil e a Proclamação da República, como Tiradentes e frei Miguelinho.

É nesse momento da reconfiguração da memória histórica do país que alguns homens de letras norte-rio-grandenses, como Manoel Dantas, interessaram-se em escrever textos que pudessem apontar o lugar do Rio Grande do Norte na memória republicana da nação. A estratégia de Manoel Dantas não foi produzir uma narrativa sobre a Revolução de 1817, como fizeram Codeceira e Araripe, mas sim um texto biográfico que tratava da ação de um norte-rio-grandense na considerada revolução republicana.

### **3. O Almanak do Rio Grande do Norte e a biografia de frei Miguelinho**

Formado em direito pela Faculdade de Direito do Recife (FDR), em 1890, e um dos primeiros republicanos do estado, Manoel Dantas ocupou, durante as primeiras décadas da República no Rio Grande do Norte, vários cargos na administração pública do estado. Homem de letras e político, Manoel Dantas foi também secretário perpétuo do Partido Republicano do Rio Grande do Norte (PRRN), professor do Atheneu Norte-rio-grandense e um dos principais redatores do jornal *A República*, o que demonstra sua participação ativa no campo político e na defesa do novo regime ascendido no país. Manoel Dantas esteve bastante presente na vida literária do Rio Grande do Norte, participando assiduamente de associações beletristas do estado, no final do século XIX. É na condição de homem de letras que Manoel Dantas escreveu um de seus textos mais importantes: a biografia de frei Miguelino.

Publicado pelo *Almanak do Rio Grande do Norte*, em 1897, o artigo intitulado “Padre Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho)”, de Manoel Dantas, foi um dos primeiros

textos biográficos a respeito de Miguelinho, no movimento de 1817. Manoel Dantas escreveu o que ele chamou de “Traços Biográficos do herói norte-rio-grandense de 1817”, divulgando-os aos seus patrícios por meio de um destacado gênero impresso, muito em voga no século XIX e que estimulava a curiosidade, o desejo e o gosto pela verdade: o almanaque (DUTRA, 2005, p. 17).

O *Almanak do Rio Grande do Norte* era propriedade da Empresa Graphica de Renaud & C., sociedade industrial e comercial pertencente a Diógenes da Nóbrega, José Renaud e Manoel Dantas. Esse último foi o responsável pela organização do *Almanak*, contando com o auxílio de outros homens de letras do estado: Luiz Fernandes Sobrinho e Pedro Soares de Araújo (CARVALHO, 2008, p. 11). Esses letrados estavam inseridos no grupo de beletistas do estado, diretamente comprometidos com o agenciamento da cultura e com a produção da identidade histórica norte-rio-grandense. Somado a isso, havia também o interesse financeiro da própria empresa Renaud & C., que custeou sozinha todos os 100 exemplares da primeira edição do almanaque. Dessa forma, a emergência do *Almanak* esteve vinculada aos interesses econômicos dos donos da gráfica patrocinadora, já que os almanaques em geral possuíam um mercado em profusão no Brasil oitocentista, bem como dos letrados norte-rio-grandenses dispostos a promover um conjunto de saberes no e sobre o Rio Grande do Norte.

O objetivo do *Almanak* era “fazer propaganda de tudo que é rio-grandense”, conferindo uma dada visibilidade ao estado e evidenciando aos leitores suas riquezas materiais, sua história, sua geografia e a biografia dos seus heróis.<sup>3</sup> Nesse contexto, os editores do *Almanak* construíram para si a ideia de que estavam prestando um serviço útil ao Rio Grande do Norte, “fazendo-lhe justiça”, isto é, retirando-o da obscuridade e do desconhecimento. De acordo com Eliana de Freitas Dutra (2005, p. 16), desde o seu surgimento, por volta do final do século XV, na Europa, os almanaques caracterizaram-se como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, do entretenimento, da formação, “aliando moral e ensinamento prático, saber e diversão”. Sua estruturação e seus conteúdos possibilitaram uma ampla circulação, transformando-se em um instrumento pedagógico útil e eficaz na instrução do povo.

Assim como os primeiros almanaques publicados, os editores do *Almanak do Rio Grande do Norte* almejavam que seu empreendimento pudesse servir de utilidade e agradar aos seus leitores.<sup>4</sup> É importante ressaltar que, entre os séculos XIX e XX, os homens de letras colocavam-se como agentes sociais responsáveis pela instrução pedagógica da sociedade. A partir dos conhecimentos disseminados pelo *Almanak*, os leitores norte-rio-grandenses e de outros estados teriam acesso às informações principais acerca Rio Grande do Norte. Em outras palavras, os editores do *Almanak* comprometiam-se a retirar o estado da obscuridade, produzindo conhecimentos acerca da sua história, geografia e dos seus patrícios ilustres.

A rigor, o *Almanak do Rio Grande do Norte* seguia a mesma estruturação temática dos almanaques europeus do século XIX, fazendo-se presente, além dos calendários e das

---

<sup>3</sup> *Almanak do Rio Grande do Norte*. Natal: Renand & Cia., 1897, p. 4.

<sup>4</sup> Aos nossos leitores. *Almanak do Rio Grande do Norte*. Natal: Renand & Cia. 1897, p. 3.

cronologias que o acompanham e do horóscopo, “os preceitos morais, as biografias, as narrativas de eventos históricos, as ciências, seguidos de curiosidades, ditados, poemas, charadas, jogos, medicina doméstica” (DUTRA, 2005, p. 17).

Em sua primeira e única edição, publicada em 1897, o *Almanak do Rio Grande do Norte* trazia os elementos gerais que configurariam historicamente a estrutura e os conteúdos dos almanaques. Em seu único exemplar, os editores publicaram: a) informações gerais sobre a estrutura orgânica do estado – dados sobre o funcionalismo público, repartições públicas e instituições jurídicas e administrativas etc. – e da capital – números sobre a economia do município, informativo sobre a imprensa local, dados da tesouraria municipal e da instrução pública etc.; b) receitas medicinais e de culinária; c) literatura recreativa; d) movimento astrológicos, tais como as classificações das nuvens, as fases das luas e das marés em Natal e os dias de eclipses; e) informações acerca dos feriados nacionais, estaduais e municipais; f) calendário anual, o qual noticiava algum acontecimento histórico, ocorrido no Brasil e no Rio Grande do Norte, em uma dado dia e mês, bem como datas ligadas à morte de algum personagem histórico do panteão nacional e estadual; g) a biografia do frei Miguelinho.

Como se percebe, havia uma significativa diversidade temática na estrutura de organização do *Almanack do Rio Grande do Norte*, o que era bastante comum aos almanaques de maneira geral. O caldeamento temático reforçava a própria perspectiva, didático-pedagógica, inscrita no interior dos almanaques. Tratava-se de tudo, desde a literatura recreativa à divulgação de conteúdos científicos. A razão disso se deu pelo próprio momento da vida cultural do Ocidente, na passagem do século XVIII ao XIX, caracterizado pela defesa dos valores da civilização e do progresso. Nesse sentido, os almanaques, assim como outros veículos de difusão do saber, colocaram-se a serviço do progresso, da ciência e da difusão de valores da modernidade (DUTRA, 2005, p. 18). Os editores compreendiam a publicação do *Almanak do Rio Grande do Norte* como uma expressão do progresso e da civilização no estado. O escopo era agradar e instruir os seus leitores.

Dentre o conjunto geral das informações difundidas pelo *Almanak do Rio Grande do Norte*, gostaríamos de destacar apenas uma, a biografia do frei Miguelinho. Diante disso, uma questão coloca-se: Por que um texto biográfico faria parte de um almanaque?

Um primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito à relevância que muitos homens de letras do século XIX atribuíram à biografia. A biografia se impôs como um gênero requisitado por alguns historiadores oitocentistas. A maioria dos almanaques oitocentistas do Brasil reservava um espaço específico para biografias. Os principais intelectuais pernambucanos do século XIX, Joaquim de Mello e Pereira da Costa, dedicaram atenção especial à escrita biográfica, tornando seus conterrâneos ilustres objetos de exaltação de suas narrativas. Vários membros do IHGB fizeram um percurso semelhante. Os sócios da instituição integraram a biografia à escrita da história do país, enaltecendo-a tanto por sua capacidade de tornar vivos os personagens e as experiências históricas “quanto pela força persuasiva de suas lições” (OLIVEIRA, 2011, p. 59).

A possibilidade de fornecer exemplos ao presente é outro aspecto a ser considerado em relação à questão que levantamos. Maria da Glória de Oliveira (2011, p. 59) chama a atenção para o fato de que, nos anos oitocentos, a biografia atendia ao imperativo mais imediato da *historia magistra vitae*, qual seja: “fixar os nomes e exemplos do passado, oferecendo-se à imitação dos leitores no presente”. Não é por acaso que Manoel Dantas (1897, p. 21) tenha destacado o caráter exemplar de Miguelinho quanto à defesa da República, em 1817: “O seu exemplo foi fecundo e a liberdade republicana, sonhada pelo herói em 1817, fructificou e corporificou-se na Republica de 15 de Novembro de 1889”. Para Manoel Dantas, o novo regime republicano, emergido em 15 de novembro de 1889, nada mais foi do que uma consumação/corporificação de algo já tinha sido semeado no passado, graças ao “martírio dos heróis de 1817”. Nesse sentido, a morte de Miguelinho pela causa republicana seria um exemplo de ensinamento profícuo para “os obreiros da Patria Brasileira nesse trabalho de reconstrução, que ainda não está terminado” (*Idem*).

É imperioso destacar que o artigo de Manoel Dantas foi publicado em um contexto de grandes turbulências políticas que ameaçaram seriamente a ordem do neófito regime republicano brasileiro, como as revoltas da Armada e Federalista e a Guerra de Canudos. Muitos jornais, letrados e políticos brasileiros interpretaram esse momento de instabilidade política do país como uma verdadeira ameaça ao novo regime. Isso explica a referência de Manoel Dantas “ao trabalho de reconstrução” e ao caráter não acabado da República no Brasil. Para ele, a biografia de Miguelinho tinha uma importância ímpar nesse contexto de crise política do país e de ameaça ao novo regime, visto que, a partir do exemplo do passado, os brasileiros do presente seriam instruídos a defender os ideais da República. A biografia guiaria os patrícios brasileiros do presente a reconstruir e finalizar a obra dos republicanos do passado. Dessa forma, a biografia de Miguelinho, republicano de outrora, foi posta a serviço da legitimação da ordem política vigente.

O terceiro e último aspecto que explicaria a publicação da biografia de Frei Miguelinho no *Almanak* diz respeito à sua contribuição para a formação da identidade histórica do Rio Grande do Norte. Os letrados norte-rio-grandenses do final do século XIX consideravam a narrativa das ações dos indivíduos célebres como uma estratégia relevante no processo de construção do lugar do Rio Grande do Norte na memória histórica da nação. Os editores do *Almanak*, em particular Manoel Dantas, estavam interessados em construir o *panteão de heróis* do estado. Destacar a participação de um norte-rio-grandense na liderança de um dos eventos históricos, considerado um dos principais na vanguarda da tradição republicana do país, era assaz importante para os homens de letras do Rio Grande do Norte, do final do século XIX e início do XX, engajados na construção da identidade histórica do estado. A biografia de Miguelinho atendia à expectativa dos letrados norte-rio-grandenses. Não é por acaso que o artigo de Manoel Dantas tenha sido escolhido para abrir a primeira e única edição do *Almanak do Rio Grande do Norte*. Longe de ser desinteressada, a escolha foi proposital: os leitores norte-rio-grandenses deparar-se-iam com a trajetória de um dos seus “heróis de

1817". Dito de outro modo, os editores do *Almanak* começaram a sua propaganda do Rio Grande do Norte tornando conhecido um dos seus patrícios ilustres.

#### 4. A biografia e a construção do herói republicano norte-rio-grandense

Manoel Dantas dividiu seu texto em duas partes: na primeira, tratou de relatar a origem do movimento em Pernambuco, o que ele chamou de "cenário", e, em seguida, voltou-se exclusivamente à biografia de Miguelinho e sua participação na Revolução de 1817.

No que tange à primeira parte do artigo, gostaríamos de destacar, inicialmente, o uso do conceito de "cenário". Essa noção indica a própria forma com que Manoel Dantas representa o passado. Decerto, o "cenário" sugere uma imagem teatral da história. Manoel Dantas o considera, ao mesmo tempo, como um espaço onde se desenrolam as cenas, isto é, os fatos históricos, nos quais decorrem as ações que vêm a ser objeto da trama da história, como também a disposição das forças que levaram à irrupção da Revolução de 1817. Em outras palavras, o "cenário" remete, concomitantemente, ao espaço onde as coisas aconteceram e ao pano de fundo que explica por que as coisas assim se sucederam.

No que tange à explicação das causas da Revolução de 1817, a chave hermenêutica de Manoel Dantas estava diretamente atrelada às versões urdidas pela historiografia pernambucana do século XIX. As notas de rodapé do seu artigo estavam repletas de citações de autores pernambucanos, especialmente os textos de Muniz Tavares e de Oliveira Lima. Além de mencionar os textos dos autores de referência, Manoel Dantas utilizou-se de documentos advindos dos arquivos do IAGP, compilando alguns manuscritos publicados pela revista da agremiação para tecer sua narrativa. Isso implicou diretamente na sua forma de conceber a Revolução de 1817. Por exemplo, no que concerne à causa do movimento de 1817, Manoel Dantas endossou a interpretação de Muniz Tavares, um dos primeiros pernambucanos a escrever sobre a Revolução de 1817, o que significa dizer que, para ele, a animosidade entre brasileiros e portugueses foi fundamental para a irrupção do levante em Pernambuco: "Lavrava a intenso, como um fogo subterrâneo, esse espírito de discordia e de rivalidade entre brasileiros e portugueses que trazia uns e outros inquietos" (DANTAS, 1897, p. 177). Os portugueses, aos quais Manoel Dantas se refere, eram aqueles advindos da Corte, uma fidalguia, segundo ele, "ociosa e faminta que acompanhara D. João VI e assenhoreara com exclusão acintosa dos nacionais" (*Ibidem*, p. 176). Os portugueses seriam os representantes da tirania e do despotismo realista que caracterizava a política dos países europeus, do século XVIII e XIX. Em contraposição, os nacionais representariam as forças dotadas do sentimento de autonomia política, tão característico dos povos da América.

A narrativa de Manoel Dantas sobre a Revolução de 1817 foi construída a partir do binômio portugueses/brasileiros, o qual corresponde à disputa de projetos políticos em rota de colisão, figurado por outros binômios: tirania/liberdade, antigo/novo regime e Europa/América. Assim sendo, a maneira como Manoel Dantas organizou a primeira parte do seu texto, isto é, o

“cenário” da revolução, deu-se a partir da tensão desses pares antitéticos. No entanto, o autor ressalta ainda outro aspecto que não deixa de realçar essa interpretação: a predisposição natural do Brasil à emancipação.

Em última análise, parte da intelectualidade brasileira, das últimas décadas do século XIX, considerava a Independência como algo inscrito na natureza do país (SOUSA, 2012, p. 151). Para muitos homens de letras sectários do pensamento regime republicano, dentre eles Manoel Dantas, alguns acontecimentos históricos, ocorridos no início do período colonial, como a expulsão dos holandeses em 1654, confirmavam a tendência autonomista brasileira. Segundo ele, a vitória na guerra contra os batavos era uma expressão da conscientização das forças dos pernambucanos/brasileiros, em prol do desenvolvimento do sentimento de liberdade perante a metrópole (DANTAS, 1897, p. 171-176). Dito de outro modo, assim como os brasileiros/pernambucanos lutaram contra os holandeses, a favor da liberdade e contra a tirania, os “nacionais” tomaram a mesma atitude perante o domínio da corte lusitana. Nesse sentido, o “espírito de autonomia”, presente nas Batalhas dos Guararapes, era o mesmo que teria afirmado a Independência nacional no grito do Ipiranga, em 1822. Iniciado na ocasião da expulsão flamenga, o “espírito de autonomia” teria atravessado a “história pátria”, figurando em vários acontecimentos históricos, sendo concretizado, de fato, em 1710, na Guerra dos Mascates, na sublevação de Vila Rica, em 1729, na Inconfidência de Minas de 1789, no projeto republicano de Pernambuco, em 1800, na Revolução de 1817 e no grito do Ipiranga, em 7 de setembro de 1822. Em síntese: “a pátria livre tornara-se muito a aspiração geral dos brasileiros” (*Ibidem*, p. 173).

Como se pode observar, para Manoel Dantas, a Independência estava atrelada ao passado por uma teleologia que já se encontrava inscrita na memória histórica da nação. Os eventos, distantes no tempo e no espaço, eram lidos como se fizessem parte de um mesmo movimento histórico, isto é, partilhavam de uma experiência contínua, linear e teleológica, a qual dirigia-se à concretização de um futuro já posto. Conforme o historiador Francisco Gouvêa de Sousa (2012, p. 150), os republicanos brasileiros utilizaram-se dessa leitura como uma necessidade de encontrar a confirmação da Independência no passado, o que contribuiria também para a recepção da própria República, vista igualmente como um elemento presente na natureza da nação.

Portanto, a narrativa sobre a Revolução de 1817 era considerada um relato histórico relevante para as pretensões políticas dos letrados republicanos do final do século XIX, uma vez que realçava na memória nacional a naturalização da defesa da Independência e da luta pela República. Em se tratando, especialmente, da intelectualidade norte-rio-grandense do período, fazia-se necessário evidenciar o lugar do Rio Grande do Norte nessa memória republicana do país. Daí o interesse em escrever a biografia sobre um dos principais líderes da revolução.

Dentre a narrativa geral do “cenário” da Revolução de 1817, Manoel Dantas destacou o papel dos padres no movimento. Os sacerdotes foram alçados à condição de doutrinadores do

movimento emancipacionista. Eram eles, segundo ele, que formaram a classe mais ilustrada da sociedade e que tomaram parte principal e ativa nas sublevações, “pagando alguns com a vida o seu amor á liberdade” (DANTAS, 1897, p. 177). A despeito da liderança no movimento, os padres não foram os únicos a serem mencionados como defensores da Independência. A imprensa teve um papel salutar no processo emancipacionista, especificamente o *Correio Braziliense*, revista publicada em Londres, pertencente ao redator José Hipólito Pereira da Costa, tendo em vista que se dedicava à publicação de editoriais comprometidos a advogar a causa da liberdade das instituições em Portugal e da Independência do Brasil. A citação à imprensa não era mero acaso. Boa parte da atuação de Manoel Dantas como homem de saber deu-se nas redações dos jornais de Caicó e de Natal. De certa forma, evidenciar a contribuição da imprensa no processo emancipacionista brasileiro era uma maneira de assinalar o lugar da instituição na memória histórica da nação, bem como uma forma de legitimá-la como um importante veículo de vanguarda política da sociedade. Dessa maneira, Manoel Dantas estava igualmente validando sua função social enquanto agente da própria imprensa. Não é por acaso que apenas a imprensa e os padres foram realçados como promulgadores da emancipação política do país.

Além de serem caracterizados como doutrinadores do movimento, os padres foram descritos como “mártires”. A utilização desse conceito não é uma exclusividade de Manoel Dantas. O padre lusitano Joaquim Dias Martins foi o primeiro estudioso a utilizar-se do conceito de mártires para se referir aos envolvidos na Revolução de 1817. Em seu livro intitulado *Os Martires pernambucanos victimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*, publicado em 1853, organizou a primeira lista dos participantes pernambucanos que morreram, segundo ele, em prol da “causa da liberdade”, na ocasião dos episódios dos mascates e da Revolução de 1817.

As condições de possibilidade da obra são desconhecidas para nós. Contudo, sabemos que o padre Joaquim Dias Martins era lusitano e pertencia à *Congregação do Oratório* – ordem católica fundada em 1668 por Bartolomeu de Quental (BERNARDES, 2006, p. 154; SILVA, 2014). Na segunda metade do século XVIII, boa parte do clero pertencente à congregação estabeleceu contato com as principais ideias do pensamento ilustrado europeu (Cf.: GOVASKI, 2013). Tudo indica que a formação intelectual do padre Joaquim Dias Martins foi fortemente forjada a partir do diálogo com a tradição ilustrada, o que explica a sua contrariedade à monarquia portuguesa. Não é por acaso que o padre tenha se referido à reação da Coroa lusitana aos movimentos pernambucanos como sendo uma ação de tirania. A “Liberdade”, uma entidade em si mesma, por isso que o padre escreve com “L” maiúsculo, é colocada como o anteposto da tirania. Nesse sentido, a “Liberdade” dizia respeito à luta dos pernambucanos pela autonomia política em relação à monarquia lusitana. Do conflito de interesses gerados pelo binômio antitético surge um terceiro conceito: o “mártir”. A referência a este diz respeito não ao seu sentido religioso, mas sim à luta pela “causa da liberdade”, isto é, a emancipação política. O “mártir” é o pernambucano ilustre que morreu defendendo a causa da Pátria. É por

esse emotivo que Manoel Dantas (DANTAS, 1897, p. 179) considera tal evento como um “holocausto à liberdade” e os seus heróis como “mártires”.

Os letrados norte-rio-grandenses do oitocentos, como Manoel Dantas, utilizaram-se do conceito empregado pelo padre Joaquim Dias Martins para caracterizar também as ações dos patrícios do Rio Grande do Norte, mortos por ocasião da Revolução de 1817. A obra do padre oratoriano era uma referência para os estudiosos sobre o assunto (BERNARDES, 2006, p. 154).

Não é sem razão que o texto do padre Joaquim Dias Martins tenha sido citado por Manoel Dantas. É como “mártir” que Manoel Dantas apresenta Miguelinho aos seus leitores do *Almanak do Rio Grande do Norte*. De início, como em toda biografia moderna, Dantas cita a filiação, o local e o ano de nascimento do padre norte-rio-grandense. A narrativa sobre sua infância em Natal não é registrada porque, segundo ele, não havia nenhum dado ou documento que retratasse sobre essa etapa da vida de Miguelinho. É registrada apenas a mudança do biografado para Recife, quando tinha 16 anos de idade, e sua entrada na ordem Carmelita. O restante da narrativa de vida de Miguelinho aponta para o seu ápice, o desígnio, a sua finalidade ulterior: a luta pela liberdade. Desse modo, a sua preparação para o sacerdócio e sua ida a Lisboa, a qual rendeu a amizade de Azeredo Coutinho, são colocadas como etapas que conferem uma trajetória de vida coerente e orientada para a concretização do desígnio do biografado. Apesar de não conter muitas informações biográficas e cronológicas sobre as fases iniciais da vida de Miguelinho, a narrativa de Manoel Dantas define um percurso marcado por um deslocamento linear que tem um começo, etapas e um fim, “no duplo sentido, de término e de finalidade” (BORDIEU, 1996, p. 183).

Para Manoel Dantas, a “vocação” de Miguelinho não estava relacionada à sua ordenação sacerdotal na ordem Carmelita, mas sim ao seu direcionamento para a vida secularizada. Conforme o biógrafo, o contato do padre carmelita com as instituições científicas e literárias em Lisboa, imergidas no pensamento ilustrado e no liberalismo político, e a aproximação com Azeredo Coutinho foram determinantes para o seu processo de secularização: “fosse o resultado dessas relações mundanas, fosse a pouca vocação para o estado monacal ou o instinto de independência que o tornava avesso á disciplina do convento” (DANTAS, 1897, p. 184). Ao utilizar-se da ideia de “vocação”, Manoel Dantas está sugerindo uma intenção imanente, subjetiva e objetiva ao mesmo tempo contida no projeto de vida de Miguelinho: o seu “instinto de independência”. É como se essa “vocação” estivesse sempre presente como uma tendência, uma latência, um instinto, pronto para ser desnudado em um dado momento da sua vida. Em vez de conduzi-lo à vida piedosa da fé católica, a “vocação” o direcionou para a vida secularizada.

A despeito de uma “vocação” secularizada voltada para o “instinto da independência”, o papel de Miguelinho na revolução é descrito por Manoel Dantas (1897, p. 188) com um sentido religioso: “Homens que, como Miguelinho, faziam da liberdade um novo evangelho”. Como se pode perceber nesse trecho, o “evangelho” de Miguelinho não se refere aos propósitos da fé

cristã, mas à “causa da liberdade”. Manoel Dantas constrói uma narrativa da ação de Miguelinho sob o signo da linguagem simbólica, alegórica. O que é destacado na biografia do Miguelinho, de Manoel Dantas, não é o exercício do seu ofício religioso, mas sua ação religiosa em prol de uma causa secularizada (*Ibidem*, p. 187). Miguelinho é considerado, concomitantemente, como um doutrinador não da fé, mas das ideias liberais e democráticas, e um oráculo, uma referência à religiosidade antiga, que revelava a importância da “causa da liberdade” aos seus alunos do Seminário de Olinda. Para Manoel Dantas, a figura do doutrinador/oráculo era suficiente para explicar o motivo pelo qual Miguelinho foi colocado como um dos principais chefes da Revolução de 1817. Ademais, seu talento, sua prudência e sua compreensão do funcionamento dos governos democráticos levaram-no ao posto de secretário do governo provisório, o que “bem mostra a consideração em que era tido” (*Ibidem*, p. 185). Esse ponto é assaz importante para Manoel Dantas.

Além do papel de doutrinador e secretário do governo provisório, Manoel Dantas (1897, p. 195) confere a Miguelinho um lugar proeminente na liderança da Revolução de 1817. Seu biografado é alçado à condição de diretor mental do movimento. Segundo ele, a liderança intelectual de Miguelinho no levante era quase uma unanimidade entre os estudiosos da Revolução de 1817. A rigor, os letrados oitocentistas que se debruçaram sobre o referido acontecimento tratavam os seus “heróis” de uma maneira muito mais coletiva do que individual. Pelos menos a princípio, a historiografia oitocentista não definiu quais seriam os principais líderes da revolução. É a partir da emergência da República que nomes vinculados ao movimento de 1817, como o padre Roma e frei Miguelinho, passaram a ser alçados como heróis nacionais, defensores da Pátria, da liberdade e da soberania do país (RIBEIRO, 2011, p. 18). Nesse momento de instituição do “panteão dos heróis nacionais”, o texto de Manoel Dantas reforçava a proeminência de Miguelinho no movimento. Destacar a liderança de Miguelinho na Revolução de 1817 tinha uma implicação prática para a construção da identidade histórica norte-rio-grandense, uma vez que assinalava a relevância do Rio Grande do Norte na construção da memória republicana da nação.

Manoel Dantas finaliza sua biografia sobre Miguelinho narrando o seu “martírio”. De nenhum modo é adstrito à figura do padre a violência ou uma ação belicosa. Pelo contrário, de modo geral, a Revolução de 1817 é tratada como sendo um movimento pacífico, destituído de qualquer espírito beligerante, embora possuísse reivindicações austeras e radicalmente contrárias à monarquia portuguesa, uma vez que “assumira um carácter francamente republicano e autonomista” (DANTAS, 1897, p. 187). Como já foi demonstrado no início deste artigo, em vários textos de letrados adeptos do republicanismo, publicados nos primeiros anos do novo regime, havia uma preocupação em associar a Revolução de 1817 ao projeto de manutenção da unidade nacional, desvinculando-a do caráter subversivo e separatista. É por essa razão que Manoel Dantas tratou de caracterizar a atuação de Miguelinho como sendo pacífica. Como já foi aludido anteriormente, a ação do sacerdote natalense é descrita como sendo restrita ao comando e à doutrinação, e não à defesa bélica do movimento.

Na ocasião da contrarrevolução, Manoel Dantas (1897, p. 196) narra que a morte do padre foi um ato voluntarioso, uma vez que não quis acompanhar os seus amigos para o engenho Paulista, um reduto da resistência. Conforme Manoel Dantas, o martírio de Miguelinho foi fruto da sua “abnegação patriótica” que, antes de ser aprisionado pelas forças da contrarrevolução, queimou em sua residência, com o auxílio de sua irmã, Clara Castro, os documentos e os papéis sobre a revolução “que podiam complicar a sorte dos seus companheiros” (*Ibidem*, p. 197). Consoante à narrativa de Manoel Dantas, Miguelinho preferiu salvar seus amigos revolucionários, queimando documentos comprometedores, do que salvar a si mesmo. Para o biógrafo, tal ato de abnegação era digno de conduzi-lo ao “panteão” dos heróis da revolução, como também a sua irmã. Todavia, o clímax da biografia ainda não seria a sua “abnegação patriótica”, mas sim o seu “martírio”. Manoel Dantas (*Ibidem*, p. 197-198) descreve-o assim:

Encerrado nos carcereiros daquela cidade, foi conduzido á presença da comissão militar a 10 de Junho para ser interrogado. *Miguelinho* espantou os juizes com a doçura evangelica da sua physionomia, onde transluzia a calma tranquilla da sua consciencia. O martyr, qual outro Christo, conservou-se mudo e quêdo diante dos juizes impiedosos.

Novamente, Dantas utiliza-se do expediente simbólico-religioso para dotar a biografia de Miguelinho de sacralidade. Ademais, ao narrar que os juizes se espantaram com a “doçura evangélica” da fisionomia do padre, percebe-se o uso da ficção para reforçar a construção de um discurso martiriológico e sacro. Para corroborar com esse agenciamento discursivo, Manoel Dantas compara o comportamento de Miguelinho ao de Cristo perante Pilatos. A associação de um herói republicano a Cristo não era novidade.

Logo após a Proclamação da República, alguns homens de letras passaram a associar a figura de Tiradentes à de Cristo (CARVALHO, 1990, p. 64). Interessados em eleger Tiradentes como herói nacional, alguns republicanos conferiram uma imagem idealizada e sacra com a tentativa de criar um mito e um culto ao herói. De acordo com José Murilo de Carvalho (*Ibidem*, p. 70), a figura de Tiradentes não deveria ser vista como herói republicano radical, mas sim “como herói cívico-religioso, como mártir, integrador, portador da imagem do povo inteiro”. Em um movimento semelhante, Manoel Dantas (1897, p. 200) vinculava a postura de Miguelinho à de Cristo, o que conferia certa sacralização à memória do biografado. Atrelar a imagem de Miguelinho à de Cristo era uma forma de endossá-lo como um “mártir” e como um “herói” não radical, não beligerante. Assim como o martírio de Cristo na cruz, o episódio do enforcamento do frei norte-rio-grandense é descrito por Manoel Dantas como uma consumação do seu martírio em favor da liberdade. Conforme ele, diante do exemplo do “mártir norte-rio-grandense”, cabia ao presente render culto à sua memória (*Ibidem*, p. 202). De certa forma, os cidadãos norte-rio-grandenses do presente teriam uma dívida com o seu patrício ilustre do passado, que lutou em prol da liberdade da Pátria. Para Dantas, era imperioso honrar a sua memória.

## Conclusão

Com a emergência da República no Brasil, despontou-se entre homens de letras e políticos de diversas regiões do país o interesse que seus estados se figurassem não só no cenário político nacional, mas na própria formação da memória histórica do país. Disputava-se um lugar ou lugares na produção de uma memória, não mais imperial, mas republicana. Postulavam-se candidatos a heróis da nação aqueles que teriam defendido, ainda na experiência colonial, a emancipação política do Brasil e a proclamação da República, como Tiradentes. Frei Miguelinho foi o personagem escolhido por Manoel Dantas para representar o Rio Grande do Norte no conjunto geral da memória republicana nacional.

A representação de frei Miguelinho como herói republicano “vingou” e perdurou no tempo, como tantos outros na nossa história brasileira, tais como Tiradentes, Bento Gonçalves da Silva, frei Caneca etc. Os historiógrafos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) se encarregaram de reproduzir a narrativa criada por Manoel Dantas de que frei Miguelinho era um dos heróis da República. Não é por acaso que o IHGRN promoveu as comemorações do octogésimo nono e do centenário do fuzilamento de frei Miguelinho, o que implicou na consolidação da sua imagem como um dos principais personagens da memória histórica norte-rio-grandense. Mais do que isso, a biografia de Manoel Dantas construiu não só um relato biográfico sobre frei Miguelinho, mas instituiu um lugar para o Rio Grande do Norte no panteão dos heróis nacionais da República.

## Referências

- ARARIPE, Tristão de Alencar. Movimento colonial da America. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 56, parte 2, 1893.
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo; Recife: Hucitec; Ed. UFPE, 2006.
- BORDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- BUENO, Almir de Carvalho. *Visões de República: idéias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2.<sup>a</sup> ed. (rev.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Relume-Dumára, 1996.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Vitória Mônica de Andrade. *O ensaio de uma identidade: o Rio Grande do Norte nas publicações e periódicos do século XIX (1877-1898)*. 2008. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

CODECEIRA, Major José Domingues. Exposição de fatos históricos que comprovam a prioridade de Pernambuco na Independência e liberdade nacional. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, n. 37, 1890.

DANTAS, Manoel. Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho) – Traços biográficos. *Almanak do Rio Grande do Norte*. Natal: Renand & Cia. 1897.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GOVASKI, Patrícia. Teodoro de Almeida e a Filosofia Natural em Portugal, na segunda metade do século XVIII. *Cantareira*, Niterói (RJ), v. 1, p. 34-44, 2013.

HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da História do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACÊDO, Muirakytan K. de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MARTINS, Joaquim Dias. *Os Martires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Typ. de F. C. de Lemos e Silva, 1853.

MOREIRA, Keila Cruz. *Padre Miguelinho: o intelectual, o professor, o revolucionário – vozes que se fazem ouvir*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo história e memória: o IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento republicano de 1817*. 2011. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Memórias regionais no IHGB: os centenários das Revolução Pernambucana e Farroupilha – 1917 e 1935. *Revista Memória em rede*, Pelotas, v.4, n. 10, jan.-jun. 2014.

SILVA, Iverson Geraldo da. O projeto anti-jesuítico: Verney, os oratorianos e a aliança com o estado português. *Sacrilegens*, v. 10, p. 1-167, 2014.

SOUSA, Francisco Gouvea de. *Proclamação e Revolta: recepções da República pelos sócios do IHGB e a vida da cidade (1880-1890)*. 2012. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.